

Doi: 10.5281/zenodo.15829605

ANÁLISE DAS ODS NAS SECRETARIAS DE ESTADO DO PARANÁ

Marcio Dias de Souza¹Sílvia Roberto Stefani²Priscila Meier De Andrade Tribeck³Anderson Teixeira Renzcherchen⁴

Resumo: Este estudo objetivou analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas Secretarias do Estado do Paraná, por meio do levantamento de dados, relatórios e informações disponíveis nos sites e portais digitais do governo estadual. Tem como objetivo abordar as demandas por estratégias, políticas e práticas de gestão diante dos interesses dos ODS e da Agenda 2030 no Paraná. Os resultados obtidos demonstram um avanço notável no âmbito estadual, por meio da implementação de programas e projetos governamentais. Existem iniciativas de parcerias e propostas de cooperação entre atores, agentes sociais e instituições, importantes para o progresso sustentável. No entanto, percebem-se lacunas e margens para o avanço dos ODS, uma vez que muitas ações e programas são pontuais. Reforça-se a necessidade de fortalecer estratégias e conteúdos que contribuam mais para o setor. As Secretarias, na qualidade de gestores setoriais e sociais, desempenham um papel importante no incentivo à formação pedagógica da sustentabilidade e, portanto, são pertinentes à causa. A pesquisa correspondeu às expectativas ao destacar o problema do posicionamento dos ODS nas Secretarias de Estado e espera contribuir com estudos futuros que integrem uma visão mais abrangente das ações sustentáveis do Estado.

Palavras-chaves: ODS, Secretarias, Paraná, Sites, Governo.

ANALYSIS OF THE SDGS IN THE STATE SECRETARIATS OF PARANÁ

Abstract: This study aimed to analyze the Sustainable Development Goals (SDGs) in the Paraná State Secretariats, by collecting data, reports and information available on the state government's websites and digital portals. It aims to address the demands for strategies, policies and management practices in light of the interests of the SDGs and the 2030 Agenda in Paraná. The results obtained demonstrate notable progress at the state level, through the implementation of government programs and projects. There are partnership initiatives and cooperation proposals between actors, social agents and institutions, which are important for sustainable progress. However, there are gaps and margins for advancing the SDGs, since many actions and programs are specific. The need to strengthen strategies and content that contribute more to the sector is reinforced. The Secretariats, as sectoral and social managers, play an important role in encouraging pedagogical training in sustainability and, therefore, are relevant to the cause. The research met expectations by highlighting the problem of positioning the SDGs in State Secretariats and hopes to contribute to future studies that integrate a more comprehensive view of the State's sustainable actions.

Keywords: SDGs, Secretariats, Paraná, Websites, Government.

¹ Graduado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO. E-mail: marciodiass85@gmail.com

² Doutor em Administração. Professor associado do PPGADM. Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO. E-mail: professor-silvio@hotmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais Aplicadas. Professora adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: pmtribeck@utfpr.edu.br

⁴ Doutor em Educação. Professor da rede estadual de ensino do Paraná. E-mail: a.renzcherchen@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Fórum da ONU de 2015 propôs ao mundo um olhar crítico sobre as práticas desenfreadas de consumo, as formas de degradação ao meio ambiente, da desigualdade entre as pessoas e principalmente da fome nos sistemas sociais em diferentes áreas do globo. Como proposta às nações do mundo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trazem como filosofia, a possibilidade de constituir meios e propor mecanismos em torno da lógica sustentável. E da construção de sociedades mais justas, igualitárias, acessíveis e comuns a todas as pessoas (ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 se dividiram em 17 objetivos e 169 metas gerais que compõem estratégias a serem estabelecidas e praticadas pelos países membros da ONU de forma conjunta e sinérgica (ONU, 2015).

Além disso, é fundamental a cooperação conjunta entre governos e organizações de forma a considerar a sustentabilidade, como um compromisso necessário às desigualdades e injustiças nos meios sociais. O compromisso é que se faça luz aos problemas comuns das maiorias no interior das sociedades; como o combate e a erradicação da fome, as intolerâncias e as desigualdades (Bizerril *et al*, 2023).

A cooperação como força sinérgica deve aproximar países e sociedades para que juntos seja possível cumprir metas e se faça progresso aos objetivos em todos os lugares, indiferente de posições econômicas, culturais, sociais e políticas. O reconhecimento do problema da sustentabilidade desperta gatilhos sobre as práticas desconstrutivas e/ou não sustentáveis. Entretanto, também se faz claro a necessidade de perseguir os objetivos sustentáveis de forma a construir um ambiente melhor (Bizerril *et al*, 2023).

A parceria global por estratégias que busquem os ODS é uma parte fundamental dessa sinergia. A mobilização de agentes, instituições de ensino, órgãos governamentais e organizações de diferentes áreas de atuação pode catalisar os valores sustentáveis, incentivando e promovendo ações na comunidade. O poder público, seja nos municípios, nos estados ou no governo federal, desempenha um

papel crucial nesse processo. A integração entre a ONU, o setor público e privado, agentes governamentais e setores de ensino, pesquisa e fomento representa uma rede de cooperação essencial para a sustentabilidade (ONU, 2018).

O objetivo do estudo é desenvolver uma análise dos ODS nas Secretarias do Estado do Paraná, por meio do levantamento, análise e coleta de informações dos relatórios disponíveis. A proposta de trabalho parte do viés de investigação e do seguinte problema de pesquisa: como as ações, informações e projetos voltados ao fomento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão sendo alinhados nas Secretarias do Estado do Paraná? Além disso, busca-se observar como cada secretaria desenvolve métodos e práticas alinhados aos ODS, bem como sua importância e comprometimento como agente público no esforço para o cumprimento dos objetivos até 2030.

O estudo adota uma abordagem de pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, visando identificar as ações do Governo do Estado do Paraná por meio do levantamento de dados, informações e publicações em três secretarias do Estado. Essas secretarias foram selecionadas com base em seu papel na gestão da educação, ciência e pesquisa, bem como no gerenciamento dos ODS. As secretarias escolhidas são a Secretaria de Educação (SEED), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SEDEST).

O estudo busca observar as publicações de projetos e ações como método de promoção das práticas sustentáveis. Além disso, pretende analisar o interesse do Governo do Estado nos aspectos políticos, sociais e econômicos do desenvolvimento de ações e estratégias que incentivem, possibilitem e articulem medidas sinérgicas de cooperação entre o setor público, privado e a comunidade. Também visa explorar a produção de estudos científicos com o apoio das secretarias e a evolução do tema nos debates públicos e nas esferas governamentais.

Ao considerar e reconhecer a função fundamental do Governo do Estado do Paraná na disseminação e fomento dos ODS como agente público e sua responsabilidade perante as demandas e necessidades sociais, este estudo tem como premissa fundamental evidenciar, por meio de exame, levantamento e

argumentação, as práticas da gestão pública para a Agenda 2030. Portanto, apresenta-se a seguir o referencial teórico do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como metas a serem perseguidas, representam desafios significativos para os governos e municípios, dada a complexidade em articular mecanismos e ações concretas para promover planos e estratégias sustentáveis. As transformações sociais, populacionais e demográficas das cidades ampliam ainda mais o desafio das políticas públicas em garantir condições básicas de vida para todos os cidadãos.

Ao alcançar eficiência na prestação de serviços essenciais é difícil diante das deficiências do Estado. A Gestão Pública enfrenta *déficits* significativos na melhoria da qualidade da distribuição de serviços básicos à comunidade, o que demanda um grande empenho dos Estados e Municípios em prol dos ODS (Chiusoli; Rezende, 2019).

De acordo com Buss (2017), o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer sua posição como uma das nações mais desiguais do mundo ao estabelecer, por meio do Governo Federal, a Comissão Nacional sobre o Desenvolvimento Sustentável através do Decreto 8.892, de 27 de outubro de 2016. Nessa comissão, o Brasil apresentou o Relatório Nacional Voluntário ao Fórum Político de Alto Nível da ONU. No documento de setenta e sete páginas, o governo expressa o plano estratégico nacional, bem como seu compromisso em aderir aos ODS e à Agenda 2030.

No documento que compõem a Comissão Nacional Sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Governo faz posicionamento aos níveis da responsabilidade social, ambiental e fiscal como aportes para a viabilidade da Agenda. Confirma o esforço colaborativo entre os governos estaduais, municipais e instituições de formação e desenvolvimento social. Além de constituir um diagnóstico em torno da problemática sustentável e das deficiências sociais a serem enfrentadas, principalmente referente a erradicação da fome no país (Brasil, 2017).

Como pilares de construção do planejamento, o Governo estabelece um tripé estratégico que envolve Governança Nacional, Adequação às Metas e Definição de Indicadores Nacionais. Essa tática tem como princípio o desenvolvimento de metas e sistemas de integração para propor ações conjuntas e sinérgicas. O documento estabelece parâmetros para o engajamento entre os setores público e privado, a elaboração de projetos e relatórios de monitoramento, a criação de comissões de assistência e acompanhamento, a disseminação de informações sobre a Agenda 2030 e os ODS, a realização de formações e parcerias institucionais, e a capacitação de gestores e agentes públicos. Assim, sob o viés da governança, espera-se impulsionar o progresso no processo de desenvolvimento da sustentabilidade no Brasil, com foco na Agenda 2030 (Brasil, 2017).

A implementação das políticas públicas pelo Governo Federal visa criar um arranjo de cooperação e integração entre os diferentes setores sociais, porém, esbarra na questão das capacidades das municipalidades brasileiras. Ou seja, a heterogeneidade nacional, com suas desigualdades, diferenças culturais, sociais, econômicas, entre outras, dificulta o enfrentamento do objetivo central das ODS, já que nem todas têm as mesmas qualidades e potencialidades para uma agenda comum (Rocha Neto, 2021). Observa-se, portanto, que as diferenças entre as regiões do país são fortes entraves para uma caminhada sustentável. É notável ainda que regiões mais socialmente e estruturalmente desenvolvidas avancem mais do que outras.

Outro obstáculo na deficiência do Governo Federal em implementar objetivos unilaterais com os municípios está no incentivo e financiamento de programas de fomento e formação. As capacidades estratégicas e de qualificação para profissionais especializados em universidades, escolas e instituições de formação ainda são limitadas em relação aos ODS. Dessa forma, "requer esforços de coordenação, mas também estratégias de capacitação dos entes subnacionais e divulgação da agenda para a sociedade civil, como forma de assegurar a sustentabilidade na cooperação" (Rocha Neto, 2021, p. 9). Isso indica que investimentos em projetos, profissionalização e práticas de colaboração são insuficientes sem um sistema de informação eficaz para promover a cooperação e integração da comunidade em geral. Outro ponto importante neste processo é a conscientização individual e coletiva,

tornando-se assim, pessoas conhecedoras do compromisso social sustentável e co-participantes das ações.

Com o objetivo de promover o esforço de cooperação entre Estado, sociedade e instituições de interesse aos ODS, diversos projetos têm sido desenvolvidos sob diferentes frentes e perspectivas de ação. Um exemplo significativo é o papel de protagonismo das Instituições de Ensino Superior (IES) na sustentabilidade e na construção e fortalecimento do debate científico, além da interlocução dos desafios entre a comunidade acadêmica e a sociedade no contexto do interesse público e das necessidades de alinhamento com os ODS (Serafim; Leite, 2021). É nesse caminho de integração que os arranjos se consolidam como partes fundamentais de uma estrutura necessária para as práticas e incentivos da sustentabilidade.

O Estado do Paraná tem se destacado como um modelo de prática de gestão de projetos alinhados aos ODS e tem como forte perspectiva a busca pelas metas da Agenda 2030. No estudo conduzido por Domingos (2017), intitulado "Projeto Paraná de Olho nos ODS", a autora destaca a estratégia do governo para alinhar ações integradas e fundamentadas pelo Estado. Dessa forma, o projeto tem como objetivo capacitar setores e criar um compromisso e liderança focados nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Paraná. Essa iniciativa, promovida pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-PR), é uma ação da Secretaria de Governadoria do Estado, que busca criar oportunidades de trabalho e integrar os ODS nas políticas públicas, tanto estaduais quanto municipais (Domingos, 2017).

Outro sim, projetos como o "Plano Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com Vistas aos ODS" propõem parcerias entre os agentes da cadeia agropecuária do Estado e as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente. Esses projetos são exemplos de cooperação para reduzir as emissões de gases poluentes e de carbono resultantes dos processos de transformação do setor (Paraná, 2023, s/p). Esse programa é uma adaptação ao Plano ABC do Governo Federal, que visa uma série de diretrizes e ações para a Agenda 2030 em nível nacional. No caso do Paraná, foi nomeado como "Plano ABC+PR" e tem como objetivo ampliar as políticas, programas e planos que resultem

na redução de emissões de gases e na adaptação às mudanças climáticas (Paraná, 2023, s/p).

Naturalmente, as secretarias voltadas para o desenvolvimento, fomento e planejamento se destacam na criação e planejamento de estratégias voltadas para iniciativas como os ODS, devido às suas capacidades de gestão organizacional e governança. No entanto, é sabido que para muitos governos, a alocação de recursos, principalmente os relacionados a incentivos fiscais e financiamento de capital para programas, pode representar importantes obstáculos (Grandi; Grimm, 2021). A captação de recursos que permitam financiar a formação e capacitação de pessoas, projetos sociais, pesquisas científicas, comunicação e extensão entre instituições e comunidade é um passo fundamental.

Conforme apontam Grandi e Grimm (2021), as metas estabelecidas por projetos fomentados por investimentos devem ser mensuráveis, pois são os indicadores que podem quantificar o alcance dos objetivos e a qualidade com que são postos em prática. Nessa perspectiva, o estudo analisou as contribuições do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) como financiador para o fomento dos ODS no Paraná e a captação de recursos pelas instituições e organizações. Observou-se que o fomento econômico viabiliza projetos locais e regionais para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, e seus impactos são positivos. Notou-se também que esses recursos e práticas colaborativas são essenciais e recíprocos para o desenvolvimento conjunto.

No entanto, ainda prevalece a alocação de recursos e fomento financeiro para as ações dos ODS nos setores da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Meio Ambiente. Em segundo plano, aparecem a Indústria e o Comércio. Por fim, os setores de Saúde e Educação são quase insignificantes entre os que recebem investimento de capital para recursos e desenvolvimento de ações e projetos (Grandi; Grimm, 2021). Isso reforça a ideia de que há enormes necessidades a serem superadas, uma vez que setores sociais como Saúde, Educação, Segurança Pública e Transportes são níveis básicos e cruciais para as condições mínimas de cidadania.

A importância de mensurar práticas e ações dos ODS tem como propósito levantar análises mais profundas em torno das capacidades e dos resultados obtidos pelas propostas desses programas. Como bem observa Ferrareze (2022) no estudo

dedicado a averiguar as percepções sobre os ODS dos produtores e participantes do Programa Paraná Mais Orgânico, ficou evidente que os participantes são conscientes da importância dos ODS e sabem relacionar a filosofia sustentável na prática diária no campo. Ou seja, nota-se que o programa, como estratégia de plano de ação e fomento, são fatores importantes, mas também obter indicadores que mensuram essas ações e os resultados são cruciais para o desenvolvimento e acompanhamento das metas.

Vale observar ainda que nos programas de fomento, como os mencionados, as práticas agroecológicas são convertidas em conhecimentos e técnicas que agregam valor aos produtos e serviços vistos no cultivo e transformação dos recursos, por meio de treinamentos e formação. Isso significa que as pessoas estão sendo capacitadas para as tarefas que visem a certificação de boas práticas (Ferrareze, 2022). Em suma, fica evidente perceber que os projetos possibilitam incentivar e formar cidadãos conscientes por meio de ações. Isso também evidencia a necessidade do debate em torno de um arranjo que envolva toda a comunidade, visando fomentar capacidades e construção consciente das ações sustentáveis em todos os ambientes.

Portanto, no que diz respeito aos níveis estratégicos das ações dos ODS, a governança desempenha um papel fundamental no gerenciamento, monitoramento e acompanhamento das metas. O pacto entre os governos, bem como os paralelos de cooperação e integração de forças entre instituições, atores e agentes em prol da sustentabilidade, mostram-se caminhos centrais e essenciais para o desenvolvimento social, humano e das capacidades elementares para a Agenda 2030.

Compreende-se que "o processo de planejamento ajudou a traduzir, na forma do Plano de Ação, as atribuições da Comissão e seu papel dentro de um contexto mais amplo, que é a governança nacional em prol da Agenda 2030" (Araújo, 2019, p. 40). O engajamento entre os setores de governança, o gerenciamento operacional e tático das ações, assim como a viabilidade financeira, econômica, humana e tecnológica em prol dos ODS e do compromisso dos Estados e Municípios são pertinentes ao fomento concreto dos objetivos.

Sob o viés das proposições e dos compromissos frente às estratégias de governança dos Estados e das ações entre os agentes e as forças de cooperação

dos ODS em prol da comunidade, cabe analisar as práticas, fomentos e indicadores da agenda sustentável no Paraná. De acordo com Albuquerque, Catapan e Oliveira (2022), as ações individuais não são suficientes para resolver problemas sociais complexos; portanto, é necessária uma ação estatal que seja tanto corroborativa quanto diretiva, a fim de enfrentar esses problemas em escalas globais, regionais e locais.

Ao analisar a gestão pública e o gerenciamento de ações estratégicas, busca-se obter margem sobre as propostas, levantamento de relatórios e indicadores que demonstrem ações concretas e significativas diante do compromisso com a Agenda 2030, assim como do enfrentamento das metas sob o viés da governança estatal promovidos pelas secretarias do Paraná. A seguir, apresenta-se a metodologia de estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se fundamenta na perspectiva de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com o intuito de analisar e demonstrar os resultados obtidos nas Secretarias de Estado do Paraná sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é observar as ações e estratégias das Secretarias e a articulação entre Estado e sociedade em prol dos objetivos sustentáveis. Assim, o plano de pesquisa se desenvolverá da seguinte forma: a) Utilização de dados secundários, ou seja, ODS nas Secretarias do Estado do Paraná; b) Levantamento das informações; c) Coleta das informações dos sites para análise; d) Análise dos relatórios; e) Elaboração do artigo científico.

A proposta de pesquisa qualitativa visa o levantamento de dados e informações sobre a construção de elementos relacionados ao tema proposto. Além disso, pretende investigar e interpretar tais resultados para construir uma argumentação teórica e científica embasada nas análises e complexidades das informações coletadas (Brisolla *et al*, 2020).

Essa complexidade refere-se à variedade e exploração das fontes e materiais empíricos da pesquisa, que incluem análises em bancos de dados, sites, entrevistas, textos, relatórios, entre outros. Essas fontes exigem organização e interpretação

minuciosa pelo pesquisador para obter uma argumentação consistente sobre os resultados obtidos. Portanto, a pesquisa qualitativa se mostra ampla e diversificada, exigindo a mensuração dos resultados e uma análise criteriosa dos discursos e materiais pesquisados (Brisolla *et al*, 2020).

A pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória tem ganhado respaldo devido ao seu caráter interdisciplinar, que busca compreender as diversas visões e perspectivas sobre um determinado tema. Isso permite uma argumentação ampla, embasada na discussão alinhada a uma estrutura documental diversa (Ana; Lemos, 2022). Os autores ainda ressaltam que a pesquisa qualitativa reforça o caráter social das análises em estudo, podendo estar vinculada a problemas existentes e oferecendo respaldo às demandas coletivas na sociedade. Portanto, essa metodologia é pertinente para focalizar e analisar problemas sociais e as necessidades humanas comuns, assim como suas causas.

Considerando os limites de uma análise abrangente entre as vinte e uma secretarias do Governo do Paraná, optou-se por privilegiar aquelas que demonstram qualidade de gestão, governança e fomento à formação educacional e pedagógica dos ODS no Estado. Portanto, foram selecionadas as Secretarias de Educação (SEED), Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Desenvolvimento Sustentável (SEDEST). A seguir, serão apresentadas as análises das secretarias de Estado e dos relatórios de planejamento e ações do Governo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1 Governadoria

O termo "Governadoria", em seu conceito amplo, abrange significados complexos ao longo das estruturas de governo e concepções de Estado. No contexto da ciência política e da gestão pública moderna, pode ser compreendido como o conjunto de ações direcionadas para orientar as atividades da sociedade em direção a objetivos coletivos. Isso envolve a criação de sistemas de administração e funções que estabeleçam metas, coordenem a implementação, avaliem os resultados e forneçam feedback (Peters, 2013).

De acordo com o mesmo autor, pode-se considerar que a Governadoria do Estado do Paraná é o órgão superior de maior representatividade na organização hierárquica entre os poderes do Governo. Tendo, na figura do Governador de Estado um cargo eletivo e político, responsável pelo planejamento, gerenciamento e acompanhamento das diretrizes estratégicas e administrativas do Governo.

Por meio da Casa Civil e conforme o Decreto nº. 4.479, o Governo do Paraná anunciou a criação do Programa de Promoção dos Objetivos Locais Integrados do Desenvolvimento Sustentável, o POLIS (Paraná, 2023). Este programa, fomentado pela Superintendência Geral do Desenvolvimento Econômico e Social (SGDS), tem como objetivo principal a criação de indicadores, metodologias e ferramentas para o acompanhamento das ações estratégicas dos ODS nas cidades paranaenses. O POLIS visa fortalecer e estabelecer parcerias público-privadas em prol da Agenda 2030, integrando os municípios e ampliando a sinergia em torno dos objetivos comuns dos ODS, além de medir e dar tratamento estatístico às ações e ao comprometimento das cidades na execução do plano (Paraná, 2024a, s/p).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável também foram incluídos no plano plurianual de 2024 a 2027, conforme o Decreto 1071, publicado no Diário Oficial nº. 11389 de 29 de março de 2023. No decreto, reafirma-se o compromisso governamental com os ODS, ancorado no conceito de cidades inteligentes, desenvolvimento econômico sustentável, inclusão social, direitos humanos e cidadania. O artigo 3º do PPA refere-se à construção de indicadores que se baseiam nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Agenda 2030, aplicáveis em âmbito estadual, conforme seleção feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (Paraná, 2023, s/p).

Como parte da estrutura da Governadoria, o Estado criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico Social, o CEDESPR. Este Conselho é uma iniciativa estratégica voltada aos ODS, com foco no desenvolvimento e promoção do crescimento econômico/social, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na proteção ambiental.

O CEDESPR é um órgão que abarca indicadores dos ODS e reflete o interesse governamental na sustentabilidade do Estado. Além disso, o Comitê Técnico de

Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná (CTD) promove pesquisas, ações práticas e fortalece parcerias entre atores públicos e privados voltados aos ODS. "O Paraná de olho nos ODS", como parte do CEDES, é uma estratégia para desenvolver capacidades no setor público paranaense visando à implementação da Agenda 2030. O projeto utiliza análises de resultados das políticas, acompanha a execução do planejamento e cria indicadores para medir os resultados e aumentar as ações sociais do Governo (Paraná, 2024b).

O Portal Boas Práticas ODS é um espaço que divulga as diretrizes de sustentabilidade, apresentando as 17 metas dos Objetivos Sustentáveis para a Agenda 2030 (Paraná, 2024b). Além disso, o CEDES disponibiliza uma seção sobre a OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Esta organização internacional, composta pelos 35 países mais desenvolvidos do mundo e sediada na França, promove o intercâmbio e o esforço cooperativo com foco nos ODS em países menos desenvolvidos. Entretanto, apenas 30 dos 399 municípios do Paraná têm relatos no portal "Boas Práticas ODS", evidenciando a necessidade de ampliação das informações e práticas sustentáveis.

Um exemplo de comparação em estratégias governamentais para o acompanhamento do avanço dos ODS é o caso de Portugal. Através do Portal ODSlocal (ODSlocal, 2024), é possível acessar indicadores e números de cada município sobre cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Isso revela deficiências nas secretarias do Paraná no que diz respeito a projetos, fomento e indicadores que poderiam contribuir para as práticas sustentáveis locais.

2 Secretaria de Educação - SEED

A Secretaria da Educação possui uma representatividade significativa nas ações estratégicas do Governo do Paraná, dada sua importância no fomento educacional, estudantil e na formação integral dos alunos em todos os níveis de ensino.

A partir de 2017, observa-se um amplo interesse nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável por parte da secretaria, com ênfase na ampliação do comprometimento e engajamento com a sustentabilidade no Estado. Diversos projetos educacionais relacionados aos ODS foram divulgados no site da secretaria,

muitos deles promovidos por Núcleos Regionais de Educação, órgãos públicos e privados, como Sesc, Sesi, e programas das prefeituras e comunidades escolares.

As turmas do ensino médio, incluindo os cursos técnicos, também estão envolvidas em estudos que buscam transformar os processos de trabalho e a formação profissional em direção a práticas mais sustentáveis. Houve um aumento significativo de palestras, minicursos, workshops, debates, mostras e encontros com foco nos valores relacionados à Agenda 2030, abordando temas como fome, *bullying*, cidadania, direitos humanos, economia cidadã, diversidade e meio ambiente.

Durante a pandemia de 2020, as secretarias de Educação e de Esportes, juntamente com as diretorias dos núcleos regionais, ofereceram videoaulas com conteúdos voltados aos ODS, como parte do plano estadual do Governo do Paraná.

O programa Jornada de Educação Ambiental tornou-se uma diretriz importante para promover a conscientização ambiental nas escolas estaduais, capacitando professores, pedagogos, funcionários e a comunidade. A SEED estabeleceu convênios importantes com entidades e associações para promover projetos e pesquisas em diversas áreas, e o Portal Dia a Dia Educação (Paraná, 2024c), realiza a Semana do Meio Ambiente anualmente para conscientizar alunos, professores e comunidades escolares sobre a importância da sustentabilidade.

No entanto, os indicadores dos ODS ainda não são de fácil acesso no site da secretaria, exigindo um esforço investigativo para encontrá-los. Muitos conteúdos são apresentados de forma publicitária, refletindo a importância de premiações ou certificações vinculadas a programas governamentais. A SEED poderia ser mais efetiva na divulgação e incentivo de suas ações relacionadas aos ODS, visto que a educação básica desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados com a sustentabilidade. Portanto, é essencial que as instituições de ensino, especialmente as escolas de nível básico e fundamental, sejam representativas no âmbito da sustentabilidade, e o apoio governamental desempenha um papel crucial nesse sentido.

3 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) tem fomentado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo o papel

essencial das Instituições de Ensino Superior (IES), da pesquisa e da tecnologia na busca pelo cumprimento das metas até 2030. O setor possui forte impacto e responsabilidade em ações científicas e na produção do conhecimento, demandando ações e projetos alinhados com as metas de sustentabilidade.

Um programa importante nesse contexto é a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e de Inovação (Ageuni), que busca integrar universidades, empresas, governo e sociedade para desenvolver negócios mais sustentáveis, utilizando tecnologias eficientes nos processos de produção, bens e serviços. Além disso, o Programa Empreende Mais (PEM) oferece cursos de formação empreendedora para micro, pequenos e médios empreendedores, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável.

Outra iniciativa relevante da Ageuni é o Projetek, que oferece projetos executivos de engenharia e arquitetura em municípios com até 30 mil habitantes, visando melhorar a infraestrutura urbana de forma sustentável. O Programa Prime, em parceria com a Fundação Araucária, busca transformar resultados de pesquisas científicas em novos produtos e serviços, fomentando a inovação e o desenvolvimento social e econômico.

O Programa NIT Habitats de Inovação do Paraná, realizado em conjunto com o Sebrae/PR, oferece capacitação em tecnologia e inovação para pequenas e microempresas, promovendo ambientes favoráveis ao desenvolvimento de abordagens modernas e eficazes.

As universidades estaduais do Paraná, como a UEM, têm se destacado na apresentação de resultados de estudos e pesquisas relacionados aos ODS. Essas instituições receberam o Selo ODS Educação por projetos que promovem os objetivos da Agenda 2030, contribuindo para o desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis.

A SETI possui diversas parcerias e busca integrar ações em nível nacional e internacional para alcançar os ODS. A colaboração com a OCDE é um exemplo disso, visando promover programas, intercâmbios e debates que aproximem universidades, comunidades e estudantes.

Apesar dessas iniciativas, há uma lacuna na definição de estratégias claras pela SETI. O site da secretaria tem um perfil mais informativo do que pedagógico e

não apresenta de forma clara as pesquisas realizadas pelas IES ou a importância da sustentabilidade nos processos tecnológicos e de inovação. Além disso, os relatórios e direcionadores dos ODS pelas secretarias são de difícil acesso, demonstrando programas e projetos desenvolvidos de forma isolada por cada instituição.

É fundamental progredir na comunicação, coordenação e direcionamento das ações entre as instituições de ensino, pesquisa e projetos de extensão com a comunidade. Essa integração é essencial para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo, em conformidade com a ideia de "não deixar ninguém para trás" (Serafim e Leite, 2023).

4 Secretaria do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST

A Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST), instituída pela Lei nº 17.133/2012 como parte da Política Estadual de Mudanças Climáticas, passou por uma fusão com a Secretaria de Turismo em 2023, formando a SEDEST. Essa junção teve como objetivo centralizar as responsabilidades administrativas e gerenciais do planejamento sustentável do Paraná. A SEDEST tem como propósito formular, coordenar, executar e desenvolver políticas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no estado, orientando a elaboração do Plano Estadual sobre mudança do clima e outras demandas ligadas à sustentabilidade.

A Secretaria tem um amplo compromisso com o fomento à pesquisa, inovação e tecnologias práticas sustentáveis, por meio de incentivos econômicos e sociais, além de leis que promovem processos sustentáveis.

Dentro da SEDEST, o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas é uma ferramenta importante para promover o debate em torno da sustentabilidade. Após um hiato, o Fórum foi reativado em 2023, convocando a sociedade civil para ampliar o compromisso com a sustentabilidade.

O Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas visa desenvolver e implementar o Plano Climático integrando diversos atores e coordenando ações entre os departamentos do governo e secretarias do estado. Além disso, busca incorporar ações sustentáveis nas políticas públicas e promover o conhecimento e engajamento público para o desenvolvimento sustentável e a mitigação das emissões poluentes.

O Plano de Ação Climática, baseado na Lei nº 17.133/2012, visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa e está alinhado com a Política Estadual de Educação Ambiental. O ParanáClima, uma parceria entre a SEDEST e o Simepar, prevê a previsão e o mapeamento das mudanças climáticas para evitar catástrofes.

O site Conexão Ambiental, vinculado à SEDEST, promove os ODS e o Selo Clima Paraná certifica organizações que contribuem para a sustentabilidade. O Programa Poliniza Paraná, lançado em 2022, visa implantar colmeias de abelhas sem ferrão para reintroduzir polinizadores nativos e harmonizar os ecossistemas.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos promove a gestão dos resíduos por meio de soluções inovadoras e tecnológicas, incentivando parcerias entre governos, municípios e instituições. A SEDEST também promove ações voltadas à biodiversidade, como o Programa Pró-Espécies e a Conservação de Grandes Felinos, em parceria com outras secretarias e órgãos.

Além disso, a SEDEST desenvolve diversos programas, como Educação Ambiental, Água no Campo, Parques Urbanos, entre outros. A Secretaria também faz parte de vários conselhos estaduais, como o Conselho do Meio Ambiente (CEMA) e o Conselho de Recursos Hídricos (CERH).

Em resumo, a SEDEST desempenha um papel significativo nas ações e estratégias de fomento dos ODS no Paraná, sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável do estado e atuando em colaboração com outras secretarias, conselhos e órgãos do governo.

Quadro 1 - Síntese dos resultados obtidos

Secretaria	Desenvolvimento Sustentável	Programas e Ações	Relatórios/Indicadores
SEED	ODS: 2, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17	Alimentação Escolar / Educação Financeira / Educação Para o Futuro / Geração Atitude / Jornada de Educação Ambiental / Semana do Meio Ambiente /	Núcleo de Planejamento Setorial - NPS / Relatório Consulta Pública Educação Futuro / Plano Plurianual / Relatório de Monitoramento PEE /

SETI	ODS: Todos	Ageuni / Empreende Mais - PEM / PECTI-PR 2024-2030 / Paraná Mais Ciência / Paraná Mais Orgânico / Projetek / Prime / NIT Habitats de Inovação	Plano Plurianual / Relatório de Gestão / Avaliação Institucional / Indicadores das Universidades Estaduais / Comissão Especial de Avaliação – CEA / Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT /
SEDEST	ODS: Todos	Política Estadual / Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais / Comitê intersecretarial de Mudanças Climáticas / Plano de Ação climática / ParanáClima / Selo Clima Paraná / Poliniza Paraná / Educação Ambiental / Água no Campo / Parques Urbanos / Descomplica Rural / Prevenção de Incêndios na Natureza / Patrulha Ambiental / Ressocialização e Combate à Erosão Urbana / Regularização Fundiária / Coleta de óleo de Cozinha / Compliance / Módulo Ambiental / Pró Espécies / Conservação de Grandes Felinos / CastraPet Paraná / Rio Vivo / Iniciativas Pró-Fauna / Paraná Mais Verde / Parques Paraná / Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/PR) / Coleta Seletiva na Administração Pública	Grupo R-20 / Plataforma Contabilizando Resíduos / Painel de Informação - RSU

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O Quadro 1 apresenta uma análise perspicaz das ações das secretarias em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Paraná. Destacar a SEDEST pela sua abordagem estratégica e pelo desenvolvimento de programas exclusivos para a sustentabilidade é pertinente, pois evidencia o papel central da secretaria na gestão e no planejamento de ações sustentáveis em todo o Estado. Além disso, é importante reconhecer que as Secretarias da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação também têm diretrizes relevantes para os ODS, mesmo que muitas das suas ações se concentrem em núcleos regionais ou nas universidades.

A análise das informações disponíveis nos sites e portais digitais das secretarias revela um interesse genuíno pelas metas dos ODS. No entanto, ainda não é possível afirmar que existem estratégias interligadas que abranjam amplamente os diversos setores sociais do Paraná. Muitas das articulações são localizadas e não há menção explícita de incentivos ou investimentos financeiros para o desenvolvimento de programas.

Essa observação é crucial para entender que, apesar do interesse demonstrado, ainda há um caminho a percorrer para garantir que as ações relacionadas aos ODS tenham um impacto abrangente e significativo em toda a sociedade paranaense. É importante que as secretarias continuem a desenvolver e aprimorar suas estratégias, buscando maior integração e cooperação entre os diferentes setores e regiões do Estado.

Ao correlacionar os autores mencionados no referencial teórico e na metodologia com os resultados e discussões obtidos nas Secretarias de Estado do Paraná, é possível observar a importância da abordagem qualitativa e exploratória na análise dos ODS. Autores como Chiusoli e Rezende (2019) destacam a complexidade em articular mecanismos e ações concretas para promover planos sustentáveis, o que ressalta a necessidade de uma abordagem aprofundada e interpretativa na investigação dos resultados obtidos. Por outro lado, autores como Brisolla et al. (2020) enfatizam a relevância da pesquisa qualitativa na coleta e interpretação de dados, ressaltando a importância de uma análise criteriosa dos discursos e materiais pesquisados para uma argumentação consistente.

A partir dos resultados e discussões apresentados nas Secretarias de Estado do Paraná, foi possível perceber a relevância das práticas e ações estratégicas implementadas para o alcance dos ODS. Os programas e ações relatados, como a Alimentação Escolar, Educação Financeira, e iniciativas de Educação Ambiental, demonstram o compromisso das Secretarias em promover a sustentabilidade e o desenvolvimento social. Além disso, os indicadores e relatórios apresentados refletem o esforço em monitorar e avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas. A articulação entre Estado e sociedade, conforme proposto por Albuquerque, Catapan e Oliveira (2022), ficou evidenciada nas ações conjuntas para enfrentar desafios

sociais complexos, destacando a importância da governança estatal e da cooperação entre agentes para o avanço dos ODS no Paraná.

Com isso, destaca-se a importância da ação estatal e da governança para enfrentar os desafios sociais complexos relacionados aos ODS no Paraná, é crucial ressaltar a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa. Embora as ações individuais das Secretarias de Estado sejam relevantes, é fundamental reconhecer que a resolução efetiva desses problemas requer uma atuação conjunta de diversos atores, incluindo o setor público, privado e a sociedade civil. A cooperação e a coordenação entre esses diferentes segmentos são essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável no estado. Portanto, é imperativo que as Secretarias continuem a fortalecer suas parcerias e a promover uma abordagem holística e inclusiva na busca pela realização dos ODS no Paraná.

CONCLUSÃO

A partir das análises dos relatórios e levantamento de dados acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas Secretarias analisadas do estado do Paraná, percebe-se que o tema da sustentabilidade e ODS tem ganhado destaque e comprometimento nas políticas sociais e ambientais do Governo com vistas às metas da Agenda 2030 desde 2017 no Paraná.

O objetivo do estudo foi atingido, uma vez que, a partir das análises e levantamentos foi possível observar que há posicionamentos e estratégias voltadas aos ODS nas Secretarias de Estado do Paraná. Respondendo ao problema de pesquisa, identificou-se que as ações estratégicas das secretarias de Estado tiveram um avanço considerável nos últimos anos face ao compromisso com a Agenda 2030.

Nos sites e portais digitais das secretarias é presente o foco que o Governo do Estado do Paraná tem dado ao Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável. O fomento para pesquisas, estudos e sobretudo, das parcerias buscadas pelo governo entre sociedade civil, organizações e instituições públicas e privadas são parâmetros claros desse interesse. Outro fato importante, são as estratégias em torno da construção de programas e projetos que visam criar métodos de trabalho e de

cooperação entre agentes e atores sociais, como municípios, escolas, IES e comunidade, no esforço em criar elos de aporte e viabilidade sinérgica.

Os relatórios analisados trazem diagnósticos, índices de desenvolvimento e estudos acerca das realidades sociais, políticas, econômicas e estruturais de vários setores do Paraná. O monitoramento de ações e dados estatísticos da qualidade do fator sustentabilidade são importantes no apontamento e acompanhamento das metas. Porém, a acessibilidade por esses relatórios é difícil e não traz com clareza as ações e diretrizes que estão em prática nas secretarias. Em especial o Programa Paraná de Olho nos ODS, por exemplo, é uma estratégia governamental e direcionada pelo site da Governadoria do Estado, órgão que não representa nenhuma secretaria. E o mesmo, não encabeça nenhuma ação pelas secretarias analisadas.

A busca por cooperação e parcerias também são qualidades importantes encontradas nas secretarias analisadas. Vínculos governamentais, entre organizações públicas e privadas, sociedade civil, IES, Cidades e Comunidades como um todo, são propulsoras sinérgicas para ampliar as capacidades e propor ações conjuntas eficazes. A aproximação entre atores e agentes que contribuam de forma unificada aos objetivos sustentáveis são cruciais para o desempenho do Estado.

O Paraná, ainda demonstra forte interesse nas ações político-sociais, através dos pactos de cooperação desde a nível local até ao âmbito global. Vistas a isso, são as parcerias com o Governo Federal, ONU, Comitês Internacionais e Fóruns. Além disso, tem promovido convênios importantes com instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e programas locais. A formação de conselhos que contribuam com o acompanhamento e fiscalização dos objetivos também reforçam um protocolo pela qualidade dessas ações.

Por outro lado, como as ações nos sites e portais das secretarias em relação aos ODS estão sendo posicionadas, desempenham um papel de cunho mais informativo e publicitário dos projetos do Governo. Muitos desses programas, ainda são locais e específicos de um setor, em especial os projetos escolares fomentados pelos núcleos regionais, ou pelas universidades através de programas de extensão junto a entidades, organizações, prefeituras e comunidade.

Em especial as Secretarias da Educação (SEED) e de Tecnologia, Ciência e Ensino Superior (SETI), muito dos direcionamentos acerca dos ODS são

repercussões das estratégias fomentadas ou pela Governadoria ou pela secretaria do Desenvolvimento Sustentável, que representa e encabeça as ações e articulações de sustentabilidade a todas as outras. Portanto, na grande maioria das ações de implementação, os programas e projetos fomentados pelo governo estão em especial melhor representados pela SEDEST, ou pelo portal da governadoria que não corresponde a uma secretaria e sim a uma instância superior do Governo.

Sobretudo, mesmo havendo avanço pelo fomento de ações de sustentabilidade e foco nas metas da Agenda 2030, percebe-se neste momento, que os projetos e ações ainda não alcançam eficácia na qualidade de comunicar e direcionar de forma ampla suas diretrizes. O Programa Boas Práticas ODS, por exemplo, é um indicador importante usado pelas secretarias, mas que não contempla todas as cidades e regiões do estado. Os selos, prêmios e certificações de sustentabilidade ainda são pouco disseminados, o que prejudica o interesse e o fomento às práticas sustentáveis.

Portanto, as análises de pesquisa nas secretarias de Estado do Paraná demonstraram que o desafio dos ODS ainda é grande, pertinente e passível de progresso em iniciativas públicas que cooperem para o desenvolvimento da sustentabilidade, e que estratégias são potenciais para a integração entre atores, sujeitos, agentes sociais e comunidade. As ações ainda têm espaço para avançar e fortalecer as iniciativas públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável no Estado.

Espera-se que as secretarias, como pastas representativas do Governo do Estado fomentem e disseminem de forma mais clara e objetiva as demandas e ações dos ODS, uma vez expressa das suas qualidades de poder político em encabeçar essa causa. A pesquisa teve limitações enquanto análise de apenas três secretarias, dentre as vinte e três existentes do Governo do Estado, o que demonstra que muitos projetos, ações e práticas não foram tratadas aqui. Cada secretaria atua de forma singular ao setor de atuação e portanto tem direcionamentos e objetivos específicos de cada pasta. Os ODS como prática social, tende a incorporar várias dessas pastas em projetos unificados e compartilhados. Sobretudo, reconhece-se a impossibilidade de expandir esse debate para todas as secretarias, o que inviabilizou o debate mais amplo neste estudo.

Como sugestão para próximos estudos, é pertinente analisar de forma mais ampla a atuação de todas as secretarias de forma conjunta em prol dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Medir o impacto dos programas e projetos nas comunidades, e sobretudo, obter o levantamento e análise dos direcionadores das ações do Estado. Estudos comparativos que possam relacionar modelos de desenvolvimento de estratégias e práticas de gestão dos ODS em outros Estados ou Países, também podem ser úteis para processos de ações sustentáveis nas comunidades. Além do mais, buscar compreender as percepções sobre sustentabilidade na comunidade civil e de como estratégias serão traçadas para fomentar, direcionar e implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em todo âmbito social do Paraná.

Referências

ALBUQUERQUE, C. C. B. CATAPAN, A.; OLIVEIRA, A. G. Auditorias operacionais ambientais nos tribunais de contas: Novas perspectivas. **BVRU**. Goiânia, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18224/baru.v8i1.12095>.

ANA, W. P. S.; LEMOS, G. C. Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 4, n. 12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1710>. Acesso em: 02 mai. 2024.

ARAÚJO, A. B. A. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Estrutura de governança e o Plano de Ação 2017-2019. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 04, n. 02, 2019. DOI: <https://10.22478/ufpb.2525-5584.2019v4n2.46079>.

BIZERRIL, M. X. A.; ROSA, M. J.; CARVALHO, T. Construindo uma Universidade Sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. **Avaliação**, Campinas. v. 23, n. 2, p. 424-447, jul. 2018. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200009>.

BRASIL. **Decreto nº 8.8982, de 27 de outubro de 2016**. Criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Governo Federal, 2016. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8892&ano=2016&ato=392cXU61EeZpWT96>. Acesso em: 02 mai. 2024.

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017** / Secretaria de Governo da Presidência da República, *Fac. Sant'Ana em Revista, Ponta Grossa, v. 9, p. 3 - 26, 2, 1. Sem. 2025*
Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Presidência da República, 2017.

BRISOLLA, L. A prática pedagógica no ensino superior: planejamento, interdisciplinaridade e metodologias ativas. **Devir Educação**, v. 4, n. 1, p. 77–92, 2020. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/157>. Acesso em: 2 de mai. 2024.

BUSS, Paulo. **Implementação da Agenda 2030 e dos ODS: Perspectivas no Brasil**. CEE Fiocruz. 2017.

CHIUSOLI, C. L., REZENDE, D. A. Desafio da gestão pública: Estudo de caso de uma cidade paranaense. **Revista de Administração UNIMEP (RAU)**. v.17 n. 2 Ed. Especial. 2019.

DOMINGOS, Adriana Lima. Projeto Paraná de olho nos ODS: Estratégia de apropriação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos níveis subnacional e local. **Revista do MPC**. Curitiba-PR, 2017.

FERRAREZE, R. B. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua dialogicidade com o Paraná Mais Orgânico: Narrativas para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2022.

GRANDI, T. P.; GRIMM, I. J. Contribuições do banco regional de desenvolvimento do extremo sul para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável no paraná. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, Matinhos, v. 7, n. 2, jul. /dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/gaju.v7i2.81879>.

NETO, J. M. R. O desafio de implementar a agenda 2030/ODS frente ao déficit de capacidades estatais dos municípios brasileiros. VIII Encontro brasileiro de Administração Pública. **SBAP**. Brasília – DF, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PARANÁ. **Decreto nº 1.071, de 29 de março de 2023**. Elabora o Plano Plurianual PPA para o exercício 2024-2027. Curitiba: Governo Estadual, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1071-2023-parana-estabelece-os-eixos-estrategicos-e-as-diretrizes-da-administracao-publica-estadual-para-o-plano-plurianual-ppa-do-estado-do-parana-para-o-periodo-de-2024-a-2027>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 17.133, de 25 de abril de 2012**. Instituiu a Política Estadual sobre Mudança do Clima. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=240832>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PARANÁ. Plano Estadual para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável. 2023. Disponível em:

https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/seab_planoestadual_20230605_comlinks_1.pdf. Acesso em: 02 mai. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 17.133 de 25 de abril de 2012**. Instituiu a Política sobre Mudança do Clima. Curitiba: Governo Estadual, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=240832>. Acesso em: 02 maio. 2024.
PETERS, G. B. O que é Governança. **Revista do TCU**. Brasília – DF. n. 127, 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SCARPIONI, M. Gestão escolar a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: um estudo da inserção da Agenda 2030 nas escolas municipais de São Paulo entre 2017-2019. **Sapienza: Revista Internacional de Estudos Interdisciplinares**, São Paulo, Brasil, v. 1, pág. 123–139, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51798/sijis.v2i1.28>.

SERAFIM, M. P. LEITE, J. P. D. A. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"- pandemia. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 343-346, jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000200001>.

Recebido em 20/06/2024

Versão corrigida recebida em 12/03/2025

Aceito em 20/06/2025

Publicado online em 08/07/2025